

Primórdios da institucionalização das Ciências Humanas no Paraná

Paulo Renato Guérios

Doutor em Antropologia Social/Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro
Professor do Departamento de Antropologia/Universidade Federal do Paraná

<https://orcid.org/0000-0002-8395-6272>

gueriosp@gmail.com

1. Introdução

Este artigo busca perscrutar os diferentes sentidos das ações e das reflexões sobre a sociedade que estiveram em pauta no ambiente intelectual ligado à criação dos primeiros cursos de Ciências Humanas do estado do Paraná, assim como suas consequências para a produção de conhecimento e para a formação de alunos.

Para tanto, propõe-se aqui acompanhar os processos sociais relacionados à implementação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (FFCLPR), criada em Curitiba em 1938. Como veremos, a maior parte de seus primeiros catedráticos já estava agregada em uma instituição cultural anteriormente. Trata-se do Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB), que foi criado em 1929 como parte do projeto de restauração da Igreja Católica proposta pelo papado romano a partir do final do século XIX. Partindo-se da restituição das atividades cotidianas do CEB e da FFCLPR, e dos diversos embates acerca dos projetos para elas imaginados, pretende-se refletir sobre o funcionamento da configuração social constituída pelos intelectuais a elas ligados, e sobre o modo como se instituiu, aí, um dado horizonte para suas relações com a sociedade englobante, para o ensino, e para a pesquisa. O objetivo do texto é, assim, explorar as potencialidades e os limites dos caminhos seguidos no processo de institucionalização das Ciências Humanas no estado do Paraná.

A literatura sobre o surgimento das primeiras Faculdades de Filosofia no país tem se debruçado mais detidamente sobre os casos de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Pernambuco e de Minas Gerais. Dentre esses estudos, um esforço central de pesquisa

foi o projeto acerca da História das Ciências Sociais no Brasil, dirigido por Sérgio Miceli (1989). A partir de uma análise de corte institucional, atentando para uma topografia das posições ocupadas pelos agentes em um sistema estruturado de posições, esse grupo argumentou como as Ciências Sociais em São Paulo vieram a assumir um caráter mais acadêmico e científico; no Rio de Janeiro, um caráter mais político e atento às possíveis intervenções diretas na sociedade; e como, tanto em Pernambuco quanto em Minas Gerais, esses processos estiveram intimamente ligados às alianças entre os intelectuais e as elites dirigentes locais¹.

O presente estudo toma por objeto os intelectuais ligados à FFCLPR não por defender um ponto de vista analítico “regionalista” para o estudo da institucionalização das Ciências Humanas no Brasil, mas devido a razões metodológicas. A metodologia que serve de base às reflexões que se seguem remete, por um lado, ao privilégio emprestado à análise de interações concretas a partir de um olhar etnográfico (no caso, a uma etnografia de arquivos, cf. Cunha 2004 e 2005); e, por outro lado, a uma abordagem em que concepções, representações ideais e projetos de conhecimento são tomados não como características primárias e definidoras dos grupos, mas como parâmetros para a ação social – servindo, assim, para organizar as interações entre as pessoas que os criam. Assim, o foco da análise aqui proposta recai sobre a restituição das relações estabelecidas entre os diferentes agentes, buscando entender como suas ideias sociais se constituem ao longo de processos de interação social, como são articuladas e sistematizadas, como se transformam ao longo do tempo e como funcionam como características atributivas para a definição de pertencimento a diferentes grupos. Remetendo aos aspectos explicativo e compreensivo da sociologia compreensiva weberiana, propõe-se aqui uma escuta atenta dos sentidos que os próprios atores atribuem a suas ações, observando como esses sentidos são colocados em prática no jogo social. Espera-se que o artigo contribua para as discussões de sua área não apenas devido à novidade de seu recorte empírico – dada a pouca presença de estudos sobre o Paraná neste campo – mas também por esta opção metodológica de “investigar e de qualificar as múltiplas conexões de sentido que as ideias podem manifestar na sociedade, dependendo das circunstâncias históricas e da força social que assumem em relação a diferentes fatores, materiais e imateriais (Bastos & Botelho 2010: 915).

1 Não há espaço aqui para fazer uma revisão mais detida deste campo de estudos. Para um panorama mais amplo dos estudos de institucionalização das Ciências Humanas no Brasil, ver, por exemplo, os trabalhos de Simon Schwartzmann (1979), Irene Cardoso (1982), Luciano Martins (1986), Daniel Pécaut (1990), Héglio Trindade (2004) e Segatto e Bariani (2010).

Este texto beneficia-se de um corpus de pesquisas que tem sido produzido nos últimos anos acerca da FFCLPR e de seus catedráticos. Esses trabalhos abrem novas possibilidades para discernir com maior clareza quais foram as especificidades dos processos sociais em jogo nesse ambiente. Até certo ponto, a discussão aqui proposta tem um caráter programático, pois visa indicar caminhos para aprofundamentos e reflexões futuras.

O texto será desenvolvido em três itens. No primeiro deles, buscaremos compreender como surgiram as instituições paranaenses ligadas ao pensamento católico nas primeiras décadas do século XX, e exploraremos as atividades que ocorriam no âmbito da principal delas, o Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB). No segundo item, veremos como os diferentes projetos pensados dentro do CEB se desdobraram na FFCLPR (em outro enquadramento institucional), e exploraremos como eles se delimitaram entre si. Concluiremos o artigo refletindo sobre os limites e possibilidades dos projetos de sociedade pensados pelos fundadores da FFCLPR.

2. As atividades intelectuais no Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB): da instauração de um projeto neotomista no Paraná

Ao discursar na comemoração dos 25 anos de fundação do CEB, em 1954, José Loureiro Fernandes, um de seus criadores, afirmou que a instituição operou como um “baluarte intelectual católico, cuja atividade logo se fez sentir sobre a unilateral preponderância agnóstica do meio cultural curitibano, nos primeiros decênios do século XX” (Loureiro Fernandes 1954: 561). Para entender as motivações para a fundação do CEB e como a questão religiosa se tornou central na Curitiba do início dos anos 1900, é necessário que apresentemos brevemente a formação e as características desse “meio cultural” a que Loureiro Fernandes se refere, e o papel que a Igreja Católica nele desempenhou.

A província do Paraná fora emancipada de São Paulo em 1853. Neste período o catolicismo da região funcionava principalmente no âmbito das irmandades e confrarias – “associações religiosas nas quais se reuniam os leigos para participar do catolicismo tradicional colonial [, cuja] característica principal [era] a participação e a iniciativa leiga no culto católico” (Hanicz 2006: 75). Nos últimos anos do Império, os relatórios dos presidentes de Província, então responsáveis pela manutenção da Igreja, davam conta da situação de abandono dos templos e dos cultos (Hanicz 2006: 134).

Na mesma época, o papado romano buscava reverter a perda da centralidade da filosofia católica no “mundo moderno” – referência à secularização ligada às transformações

sociais, políticas e econômicas da época. No Brasil, esse processo de “restauração” envolveu, com o fim do Império e do regime do padroado, um grande investimento na clericalização da Igreja: o episcopado brasileiro, liderado por dom Macedo Costa, aproximou-se da Santa Sé, e iniciou um processo de construção institucional, aumentando o número de dioceses e buscando criar condições estruturais para o aumento das “vocações”.

Como parte deste processo, em 1894, foi criada a Diocese de Curitiba, e apontado seu primeiro bispo, dom José de Camargo Barros. Durante os dez anos de seu bispado, dom José reestruturou institucionalmente a Igreja Católica no estado (Hanicz 2006: 132 a 155). Ao mesmo tempo, buscou criar escolas paroquiais, e atraiu congregações religiosas ligadas ao ensino, o que levou ao estabelecimento de uma rede de colégios que oferecia uma formação intelectual em acordo com a filosofia da Igreja. Com essas ações, dom José logrou agregar a seu projeto de restauração vários membros desta elite.

Até meados da década de 1920, essas iniciativas da restauração católica marcaram fortemente o panorama intelectual de Curitiba; mas elicitaram, também, uma forte resistência por parte de pensadores anticlericais. Estes pensadores consideravam-se os portadores de uma modernidade cultural que “abrangeia os campos da ciência, da arte e da moral e identificava-se ao republicanismo, ao cientificismo e ao racionalismo, filosofias essas que serviriam de alicerce para a construção da nação brasileira” (Marchette 1996: 8). Deste modo, agregaram-se em torno de uma reação ao movimento de clericalização operado pela diocese curitibana, visto por eles como uma ameaça ao seu projeto de progresso. Para contrapor-se a esse movimento, fundaram vários periódicos, em cujas páginas buscavam “mostrar e demonstrar ao povo ingênuo e crédulo a impropriedade do ensino religioso, a falsidade das doutrinas da Igreja romana, a esterilização do seu dogmatismo”, como afirmava já em 1896 um de seus principais nomes, Dario Vellozo.² De modo intenso, colocaram-se contra as diversas estratégias levadas a cabo pela diocese, criticando a criação de escolas confessionais, o catecismo e os ritos de confissão. Por seu lado, a Igreja defendia-se através de seu órgão oficial de imprensa, o jornal *A Estrella*.

Esses embates foram especialmente acirrados até o início da década de 1910. A partir de então, em parte pela progressiva reclusão dos pensadores anticlericais (Bega 2013: 457), e em parte pelo sucesso da igreja em aliar-se a membros influentes da elite – incluindo o então Presidente do Estado, Caetano Munhoz da Rocha (Balhana 1980: 119-120) –, o projeto da Igreja se impôs progressivamente frente àquele dos anticlericais:

2 Dentre estes periódicos, encontram-se jornais como *A República*, *O Cenáculo*, *Electra* e *A Esphinge*, e várias revistas literárias, nas quais a luta anticlerical muitas vezes se aliava à estética literária simbolista (uma lista compreensiva dessas publicações pode ser encontrada em Bega 2013: 481, nota 11). A citação utilizada no texto é de um artigo de Dario Vellozo, publicado em *O Cenáculo* (apud Marchette 1996: 48).

enquanto as instituições por eles criadas diminuían sua atividade e seu alcance, a Diocese de Curitiba criava condições institucionais para a ampliação de sua presença e importância no estado.

A partir de meados da década de 1920, como ocorreu no resto do país, a Igreja paranaense, já estruturada internamente, passou a investir em sua relação com o laicato católico. Para isso, foram criados inicialmente o Grêmio São Luiz, em 1924, vinculado à Congregação Mariana dos Jovens da Catedral, cujo objetivo era discutir temas como a educação e instrução do povo, a república e o papel da mocidade; e, em 1926, a União de Moços Católicos de Curitiba, dirigida por Elias Karam, cujo objetivo principal era “reunir a mocidade católica para orientá-la nos são princípios cristãos e sociais e encaminhá-la na estrada do verdadeiro civismo” (Campos 2002: 49). Em março de 1929, por fim, o padre lazarista Luiz Gonzaga Miele, ligado ao Seminário Diocesano, convidou dois dos jovens intelectuais envolvidos nas instituições elencadas acima para que fundassem o Centro de Estudos Bandeirantes (CEB)³: José Loureiro Fernandes, nascido em 1903, que havia se doutorado em Medicina no Rio de Janeiro em 1927 e complementado sua formação em urologia em Paris; e José Farani Mansur Guérios, nascido em 1905, que concluía então seus estudos na Faculdade de Direito do Paraná.

Ao estimular a criação de instituições laicas, o clero paranaense convidou assim a nova geração de intelectuais da elite curitibana para organizá-las e dirigi-las – jovens formados nos colégios, associações e apostolados criados pela Igreja a partir do início do século, e que, a partir de meados da década de 1920, concluían seus estudos superiores nas faculdades de Medicina, Direito e Engenharia. O objetivo era, conforme o projeto pensado por dom Leme para a Ação Católica (Azzi 1977), que esses intelectuais tivessem um conhecimento profundo da filosofia católica, e que liderassem a sociedade brasileira com base em suas doutrinas. Se nas gerações anteriores os católicos participavam das associações de benemerência do catolicismo tradicional, muitas vezes mantendo contato íntimo com ideários “modernos” como os da maçonaria ou do liberalismo, os membros da nova geração deveriam ter uma formação intelectual que lhes permitisse, ao assumir os cargos de mando político, dirigir a nação conforme as diretrizes da Igreja Romana.

3 O nome de “Bandeirantes” foi escolhido por padre Miele para a instituição por remeter a uma suposta “vanguarda da civilização” em um meio intelectual visto como “selvagem” (cf. Fressato 2003: 63-67).

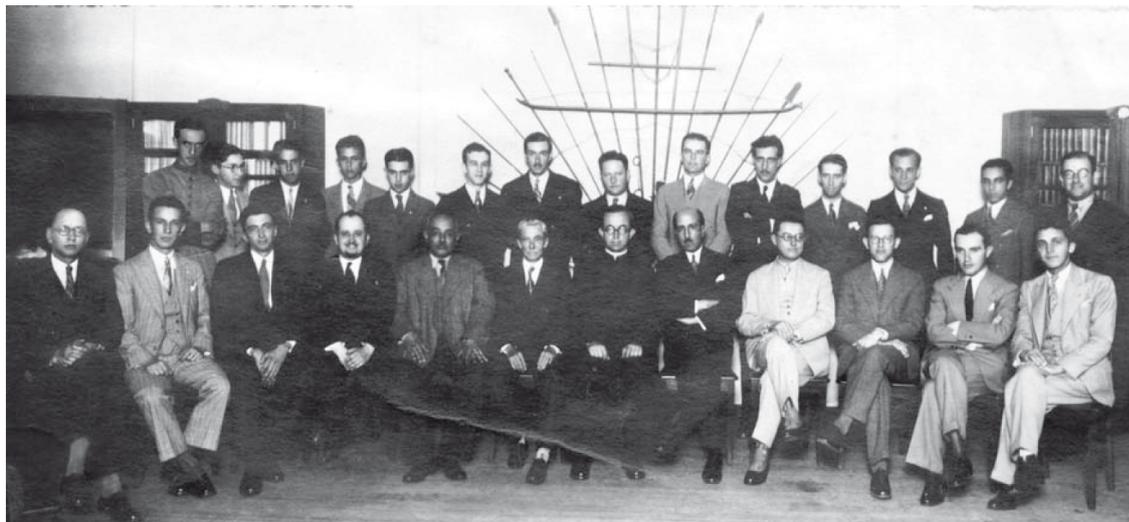


Figura 1: Diretoria e sócios do Círculo de Estudos Bandeirantes, em foto de 1929. Sentados, à frente, estão os membros fundadores e sócios de maior destaque; ao centro, os mais respeitados, devido a sua posição ou a sua idade; nas laterais, os jovens líderes que organizavam ativamente a instituição. Sentados, da esquerda para a direita: Valdomiro Teixeira de Freitas, Liguaru Espírito Santo (Fundador), Mário Braga de Abreu, José Loureiro Ascensão Fernandes (Fundador), Benedito Nicolau dos Santos (Fundador), Arthur Martins Franco, Pe. Luiz Gonzaga Miele (Idealizador e Fundador), Manoel Lacerda Pinto, José de Sá Nunes (Fundador), Carlos Araújo de Britto Pereira (Fundador), Brasil Pinheiro Machado e José Farani Mansur Guérios (Fundador). Em pé: entre Loureiro Fernandes e Benedito Nicolau dos Santos, Homero de Barros; atrás de Arthur Franco, Bento Munhoz da Rocha; partindo da direita para a esquerda, Elias Karam e Rosário Farani Mansur Guérios.

Fonte: Arquivo do CEB.

O CEB foi fundado para constituir o grande polo de formação de líderes para a sociedade paranaense (Campos 2002: 71): seu objetivo era constituir um centro de estudos filosóficos, científicos e literários, no qual os principais intelectuais católicos paranaenses pudessem debater problemas teóricos e da sociedade contemporânea. Segundo escreveu padre Miele, anos depois, em carta dirigida a Loureiro Fernandes, seu projeto para o CEB previa que “poder-se-ia nas reuniões ventilar qualquer assunto, mesmo religioso, mas dentro dos princípios da ortodoxia religiosa, filosófica, científica, etc” (apud Campos 2002: 70).

Tais princípios, conforme o programa filosófico defendido para a Igreja pela encíclica *Aeterni Patris*, promulgada por Leão XIII em 1879, deveriam seguir as linhas da doutrina neotomista. Em sua obra original, São Tomás de Aquino defendia que o conhecimento de Deus e de suas obras apenas poderia ser atingido pelo uso da razão e da argumentação filosófica. O neotomismo promovia uma releitura desses princípios, buscando, conforme consta da encíclica, constituir um “ensino filosófico que respeite ao mesmo tempo as regras da fé e a dignidade das ciências humanas” (Léon XIII 1879). Assim, a Igreja buscava, ao afirmar o caráter transcendental da razão humana, subsumir os novos conhecimentos

científicos aos dogmas fundamentais da filosofia católica. Constituía-se, assim, um programa que serviria como uma diretriz básica para instituições de intelectuais laicos, como o CEB: abrir-se ao conhecimento científico, mas sem romper com os princípios religiosos. Essa abertura ao saber laico redundaria, como veremos, em uma diversidade de orientações e projetos dentro da instituição.

Nos primeiros anos de funcionamento do CEB, ocorreram sessões semanais, nas quintas-feiras à noite, ao longo das quais foram discutidos temas dos mais diversos, seguindo as especialidades dos “consócios” que se dispunham a apresentar seus conhecimentos a seus pares. Segundo uma enumeração feita por Loureiro Fernandes em 1934, tratou-se nessas sessões de “astronomia, história, literatura, geografia, filologia, paleontologia, música e crítica literária” (CEBDOC055: 13).⁴

Para falarmos das atividades ocorridas no âmbito do CEB, as fontes mais esclarecedoras não são as falas programáticas de seus fundadores ou de seus principais membros, usualmente citadas na literatura sobre a instituição com o objetivo de descrever o que ali ocorria. Essas falas programáticas eram apresentações de si oficiais do CEB, proferidas em efemérides comemorativas ou nas quais estavam em jogo o nome e o projeto da instituição. Eram, assim, voltadas a cumprir o papel atribuído pela Igreja Católica para o laicato intelectual – atuar como uma liderança política e moral para a população, e combater os projetos concorrentes. Adicionalmente, elas serviam para os próprios agentes reafirmarem para si próprios um sentido geral do funcionamento da instituição; indicam, então, as intenções explícitas dos agentes, que são resultado de seus compromissos coletivos e de um processo de regulação mútua das condutas. Contudo, elas não se confundem nem com suas condutas efetivas, nem com a totalidade dos projetos presentes nessas redes.

Para que possamos compreender as dinâmicas que efetivamente ocorriam nas reuniões do CEB, exploraremos aqui os Livros de Atas da instituição, constantes de seu arquivo.⁵ Esses livros são fontes fundamentais, pois nos demonstram que o regime de funcionamento das atividades do CEB foi sendo definido na medida mesmo de sua ocorrência: elas eram, ao longo das diversas sessões, objeto de embates, de redefinições, e de intervenções. Ao acompanhar o cotidiano das sessões, das deliberações do Conselho Diretor e das sugestões dos sócios, aproximamo-nos das divergências e embates que constituíam o cotidiano das atividades intelectuais em seu seio – onde conviviam, de

4 Loureiro Fernandes informa que, ao final do primeiro ano de existência, “contava o Círculo 69 sócios, e sua biblioteca possuía 190 obras no valor de 1,7 contos de réis” (CEBDOC055: 13).

5 Trata-se de quatro volumes relativos às sessões ordinárias, dois volumes relativos às sessões extraordinárias, dois volumes relativos às sessões do Conselho Diretor, e um volume de propostas e sugestões.

fato, compreensões de mundo muito diversas entre si. Exploremos então algumas das dinâmicas que ocorreram no início da trajetória da instituição.

Os trabalhos presenciais do CEB se iniciaram em 12 de setembro de 1929. Nas primeiras sessões, padre Miele, coordenador dos trabalhos e seu “Conselheiro Espiritual”, sempre declarava “livre a palavra a quem dela quisesse fazer uso para apresentação de qualquer tese ou proposta”. Ao longo das primeiras nove sessões, no entanto, apenas o próprio padre Miele fez uso da palavra, apresentando trabalhos de sua autoria. Foi na décima sessão, ocorrida dois meses após a primeira, que a palavra foi finalmente concedida a dois “consócios”, Liguaru do Espírito Santo, professor formado pela Escola Normal de Curitiba, e Bento Munhoz da Rocha Netto, filho do ex-governador do Estado Caetano Munhoz da Rocha, que se dispunham a apresentar suas reflexões sobre, respectivamente, “A lei natural” e “Questões sociais”.

As atas dessas primeiras sessões, lavradas pelo Primeiro Secretário, o músico Benedito Nicolau dos Santos, indicam apenas os temas que foram tratados nas palestras proferidas. O primeiro grande debate ocorrido no Círculo foi registrado na ata da décima terceira sessão, em 5 de dezembro de 1929. Nela, Bento Munhoz, novamente, apresentou uma fala denominada “Conceitos de Renan”. Não sabemos o argumento específico defendido pelo palestrante; sabemos apenas, a partir do conteúdo de uma fala posterior, que o orador tinha uma leitura muito crítica acerca das posições agnósticas de Ernst Renan, historiador da religião e filósofo que escreveu extensamente sobre as origens do cristianismo. É provável, dado o registro dos embates, que Bento Munhoz tenha tratado nessa sessão da obra mais conhecida de Renan, “A Vida de Jesus”. Nela, Renan busca traçar um perfil histórico de Jesus como homem, e não como filho de Deus, submetendo a Bíblia ao mesmo tratamento de outras fontes históricas.

Segundo o relato feito por Santos, após a fala de Bento Munhoz

o Revmo Padre Conselheiro pôs em discussão o assunto, e fez algumas observações, mais especialmente sobre o ponto que toca (...) no conceito e crítica das razões da fé, e afirmou que “o homem crê porque crê”. O autor [Bento Munhoz] defendeu, esclarecendo, o seu ponto de vista, abrindo-se calorosa discussão sobre pontos contraditórios à ortodoxia católica em que se orienta a fundamentação do Círculo e os conceitos e definições oriundos do conflito do pensamento e da crítica heterodoxa, em matéria de tão alta e funda gravidade, e que tão só a exclusiva autoridade divina da Igreja Católica cumpre afirmar, ensinando (LIVRO 1929-1931: 15-15V).

Parte da polêmica ocorrida neste dia está registrada no próprio corpo da ata, dado que o secretário conclui a apresentação da controvérsia afirmando sua posição

peçoal acerca do debate ocorrido: em sua opinião, qualquer crítica heterodoxa deveria se submeter à autoridade da Igreja.

Nas semanas seguintes, os “consócios” do CEB buscaram regulamentar de forma mais cuidadosa os procedimentos que deveriam ser seguidos nos debates, após as apresentações feitas pelos oradores. Ao longo desse processo de regulamentação, foi justamente o ponto levantado por Santos que esteve em questão. Em 19 de dezembro, Liguarú do Espírito Santo registrou no livro de sugestões uma proposta para que as sessões passassem a funcionar da seguinte forma:

- 1º) postas em discussão as ideias emitidas pelo orador; o sócio que desejar fazer algum reparo pedirá a palavra ao Revdmo. Snr. Conselheiro, para expor o seu modo de ver;
- 2º) Concedida a palavra, poderá falar sobre o assunto, cingindo-se ao tempo máximo de 5 minutos;
- 3º) durante esse tempo será vedado qualquer aparte;
- 4º) terminados os reparos, poderá o orador arguido pedir a palavra para responder às arguições feitas, sempre, todavia, sem ultrapassar o tempo regulamentar de 5 minutos;
- 5º) o Conselheiro poderá cassar a palavra quando o julgar conveniente (CEBDOC1064: 4).

A proposta foi apresentada por Liguarú na sessão do mesmo dia 19, e submetida à apreciação dos “consócios”. Segundo consta da ata desta reunião, o Secretário pediu a palavra e questionou a urgência da aprovação desta medida; a proposta, contudo, foi aprovada sem alterações (LIVRO 1929-1931: 18). Na sessão seguinte, Santos retomou o assunto, lendo uma proposta alternativa para as dinâmicas das discussões que havia escrito no mesmo livro de sugestões, e que indicava contar com o acordo do “consócio” Elias Karam. Nessa proposta, desenvolvida em um texto de vinte páginas, ele afirmou sua compreensão de que os membros do Círculo se achavam “ainda dentro do período inicial de formação e corporização das ideias diretrizes que o devem conduzir à desejada meta”; afirmou que o “exercício de pensamento” que permitiria a “ofensiva da grei amiga contra a impiedade moral e religiosa que campeia, desmascarada e livre, sob patrocínio dos sequazes do Mal”, dependia ainda desta formação; e sugeriu, assim, que, em cada sessão, lido o trabalho apresentado pelo orador designado, padre Miele “julgar[ia] ou não de conveniência submetê-lo à imediata discussão preliminar dos consócios presentes”; “avocar[ia] [atribuiria] os assuntos a seu parecer”; e “submeter[ia] os assuntos a discussão quando o julgasse oportuno e conveniente”. Justificando sua proposta, afirmou: “Eu só

não discuto porque me submeto incondicionalmente à autoridade da Igreja no campo doutrinal e prático. Ela é a depositária da palavra divina e a palavra de Deus não se discute, aceita-se e crê-se” (CEBDOC1064: 5-24).

Após a fala de Santos, padre Miele disse que a decisão sobre o andamento das discussões seria tomada posteriormente pelo Conselho Diretor. A proposta de Santos foi vencida, dado que as sessões passaram a ser organizadas de acordo com as ideias propostas por Liguarú. Em um primeiro momento, contudo, definiu-se que as argumentações contrárias às teses apresentadas pelos oradores deveriam ser feitas em uma sessão posterior, através da apresentação de outro trabalho. Deste modo, a lógica de apresentação que foi adotada se aproximava do método de instrução escolástica, cujo nome de referência é o próprio São Tomás de Aquino: ela constava da apresentação de uma tese (*lectio*) por parte de um orador, de um intervalo (*meditatio*) para a reflexão sobre o assunto colocado pelo orador, do questionamento da tese apresentada (*quaestio*), e de um debate acerca dos diferentes pontos de vista em questão (*disputationes*).⁶

Percebe-se que a visão que Santos defendia, da inquestionabilidade do saber da Igreja, opunha-se às próprias diretrizes neotomistas que fundamentavam o funcionamento do CEB; como o Conselho Diretor da instituição dispôs-se a seguir essas diretrizes, os debates puderam ocorrer nas sessões seguintes à apresentação das teses, não estando submetidos à orientação estrita de padre Miele. Assim, o que estava em jogo na decisão acerca das dinâmicas dos debates intelectuais que ocorreriam no CEB era o grau de abertura a novas ideias que seria permitido nas sessões presenciais. Decidiu-se pela abertura ao debate, o que permitiria o confronto entre ideias díspares; mas padre Miele, considerado o “Conselheiro” do grupo, teria a prerrogativa de atuar como mediador dessas tensões.

Para compreender como essa abertura ao debate funcionou concretamente, e seus limites, tomemos como exemplo outros embates ocorridos ainda nos primeiros anos de funcionamento da instituição. Começemos pelo primeiro trabalho apresentado por Loureiro Fernandes no CEB, em 30 de janeiro de 1930, tratando da “Histeria”. Loureiro iniciou pela descrição médica de suas manifestações, afirmando que elas apresentavam “certos caracteres típicos de neuropatias e psicoses”. A seguir,

referindo-se aos processos inquisitoriais da antiguidade, nos quais são relatados pactos anormais e estranhos, desconhecidos ou mal interpretados pela velha patologia e hoje elucidados pela luz da moderna ciência médica, expôs interessantes casos de diabolismo, epilepsia, sonambulismo, obsessões e catalepsias, que se radicavam inteiramente à neurose histérica dos vitimados (LIVRO 1929-1931: 25V).

6 Sobre o método escolástico, ver Rouwendal (2010: 59-62).

Loureiro operava então com a noção de que a ciência e a Razão não eram opostas à fé. Em sua fala, a “velha patologia” dos processos inquisitoriais pertencia ao passado; o saber científico se impunha, como triunfo da Razão – sem que isso lhe parecesse incoerente com o projeto neotomista que, como fundador, membro do Conselho Diretor e figura central do CEB (cujas sessões ocorriam no porão de sua casa), ele defendia.

Essa postura de Loureiro ficou ainda mais clara quando de sua elocução sobre a “Cronologia Pré-Histórica”, ocorrida em 3 de julho do mesmo ano.⁷ Nesta sessão, ele abordou os “últimos dados, as novas hipóteses e investigações científicas acerca (...) do aparecimento do homem em nosso planeta (...), chamando a atenção sobre o rigoroso critério científico de que se deve usar na interpretação dos fósseis” (LIVRO 1929-1931: 66). Seu objetivo era contrapor-se à tese de seu “consócio” Waldomiro Teixeira Freitas, engenheiro civil e professor da Faculdade de Engenharia do Paraná, que algumas semanas antes havia defendido a tese de que a ideia bíblica da gênese do homem poderia ser demonstrada matematicamente a partir de uma regressão estatística da população humana no planeta, considerando os índices de acréscimo e decréscimo de população em cada país. Contrapondo-se diretamente (e nominalmente) à fala de Freitas, Loureiro citou estudos sobre fósseis de neandertais, dados geológicos sobre as glaciações ocorridas na Europa 10.000 anos antes, e afirmou “ser a tendência atual da verdadeira ciência fugir aos algoritmos fabulosos” (LIVRO 1929-1931: 67).

Após a fala de Loureiro, padre Miele declarou constar do expediente o pedido de resposta a uma consulta, encontrada na caixa de perguntas deixada no auditório: “Que se deve pensar a respeito da discordância entre os dados da Bíblia e as conclusões da ciência no campo da pré-história?”. Miele respondeu que

a resposta já estava dada pela brilhante conferência do Dr. Loureiro. Que nenhuma contradição, ou melhor, nenhum conflito poderia existir entre as verdades da fé e as verdades da ciência. (...) uns são os caminhos determinados por Deus e outros são os delineados pelo homem em demanda da Verdade, que é o próprio Deus – um é o caminho reto da Verdade, outro o caminho sinuoso da dúvida e das hipóteses acerca da Verdade” (LIVRO 1929-1931: 67-68).

O que estava em discussão, desse modo, era a significação da ciência dentro do projeto tomista, e seus limites frente aos dogmas católicos. A mesma temática apareceria de modo recorrente nos primeiros anos de atividades do CEB: após uma apresentação sobre as teorias contemporâneas da Física, incluindo a Teoria da Relatividade, pelo Dr.

7 As ideias apresentadas a seguir foram objeto de uma análise anterior, voltada a outro objetivo, publicada em Guérios (2017: 127-128).

Algacyr Munhoz Mäder, diretor do Ginásio Paranaense, padre Miele faria “um apelo a todos os bandeirantes do Círculo para uma afirmativa solene na defesa, aceitação e conservação dos princípios básicos e superior aceitação e superior orientação por que se alteia e caminha o nosso Círculo de Estudos” (LIVRO 1929-1931: 84V-88). Alguns meses depois, Miele voltaria a falar “acerca da consulta feita, em sessão anterior, sobre o conflito entre as legítimas conclusões da ciência e as autênticas assunções da Bíblia”. Nesta sessão, afirmou que não poderia haver duas Verdades, pois a verdade científica era apenas uma variante da Verdade religiosa, dado que “a verdadeira ciência nasce da razão humana iluminada por Deus” (LIVRO 1929-1931: 97-97V).

Esses relatos demonstram que as diferentes compreensões acerca da relação entre o conhecimento filosófico-científico e o pensamento religioso que se manifestavam nas sessões do CEB estavam ligadas à linha de fratura existente no próprio projeto filosófico neotomista da Igreja Católica, origem direta das discussões ocorridas na instituição. Percebe-se que o Círculo não se restringiu à reunião de um “grupo de intelectuais católicos” que se preparava para o combate contra os adversários da Igreja: a leitura dos Livros de Atas e de sugestões, que nos informam acerca das discussões efetivas ocorridas nos primeiros anos de atividade do CEB, demonstra-nos que diferentes perspectivas conviviam neste espaço. Alguns membros, como Benedito Nicolau dos Santos e o próprio padre Miele, enxergavam de fato o Círculo como um local de formação religiosa, em que as doutrinas da Igreja, a despeito da abertura para discussões de caráter científico, eram soberanas e inquestionáveis. Outros, como Bento Munhoz da Rocha Netto e Waldomiro Teixeira de Freitas, buscavam assimilar as verdades da Filosofia e da Ciência às Verdades divinas. E outros ainda, como José Loureiro Fernandes, José Mansur Guérios e Liguarú do Espírito Santo, partilhavam do projeto de aprofundar seus conhecimentos acerca da filosofia católica, mas, mais abertos à Ciência e à Filosofia modernas, enxergavam o pensamento religioso antes como um fundamento filosófico – como uma chancela às verdades reveladas pela Razão humana. Um mesmo projeto – o projeto da restauração católica calcado no resgate da filosofia tomista – atualizava-se de diferentes formas, por parte de diferentes intelectuais, a partir de diferentes composições de seus componentes religiosos, filosóficos e científicos.

Nos anos seguintes, mesmo com a transferência de padre Miele para a Diocese de São Paulo, que ocorreu no final de 1932, as sessões semanais de discussão e de confronto de ideias permaneceriam ocorrendo regularmente: segundo levantamento feito por Hanicz, entre setembro de 1929 e dezembro de 1936 ocorreram 260 delas (Hanicz 2006: 235). É importante destacar que as divergências e os embates intelectuais que

ocorriam nas sessões presenciais não impediram que a instituição, ao voltar-se para fora e posicionar-se frente às disputas que ocorriam na sociedade englobante, mostrasse uma face corporada, assumindo uma posição política ativa em defesa dos interesses da Igreja: de fato, enquanto instituição, o CEB atendia continuamente a demandas que lhe eram endereçadas pelo clero.⁸

Ao mesmo tempo, o CEB constituiu-se, ao longo da primeira metade da década de 1930, na principal instituição cultural de Curitiba, e serviu como referência para várias outras instituições da região. Em suas salas, abrigou o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, a Escola de Serviço Social do Paraná⁹, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná, a Aliança Cultural Franco-Brasileira, o Núcleo Paranaense da Associação dos Geógrafos Brasileiros, dentre outras. Ao mesmo tempo, recebia consultas de outras instituições similares, que buscavam inspiração em seu modelo de funcionamento.¹⁰

Assim, quando, no final dos anos 30, um grupo de professores ligados às Faculdades de Direito, de Medicina e de Engenharia do Paraná criou um projeto para agregar-se em uma Universidade, entendendo que a existência de uma Faculdade de Filosofia, Letras e Artes seria essencial para seu sucesso,¹¹ eles voltaram-se ao CEB. Era ali que, em Curitiba, localizava-se o grande polo de concentração de intelectuais que pensavam a sociedade, e de onde viriam potenciais professores catedráticos para a constituição de uma faculdade de Ciências Humanas.

8 Entre 1932 e 1934, por exemplo, o CEB foi a sede paranaense de organização da Liga Eleitoral Católica, que visava eleger deputados federais que defendessem a inclusão dos projetos católicos na Constituição de 1934. O desembargador Manoel Lacerda Pinto foi apontado como candidato para concorrer às eleições, e, eleito, cumpriu esse papel, conforme demonstra a correspondência mantida por ele com Loureiro Fernandes (cf. CEBDOC896; CEBDOC 927).

9 A respeito da fundação da Escola de Serviço Social do Paraná, que ocorreu no âmbito mesmo das atividades do CEB, ver Battini *et al.* (2009: 85-90).

10 No CEBDOC1161 consta uma relação dos destinatários da Revista do CEB. Dentre eles, estão Sociedades, Associações, Bibliotecas, Institutos Históricos e Geográficos, Institutos de Pesquisa, Órgãos Públicos, Museus, instituições religiosas e revistas, do Brasil e do exterior. Esses materiais abrem uma janela para os processos envolvidos na criação de diferentes associações e sociedades eruditas em regiões periféricas do Brasil na primeira metade do século XX.

11 A Universidade do Paraná havia sido criada em 1912, mas foi separada em suas três Faculdades componentes (Medicina, Direito e Engenharia) em 1915, devido à Reforma Maximiliano. A compreensão de que a incorporação de uma Faculdade de Filosofia viabilizaria a “restauração” da Universidade foi expressa por um dos membros da Faculdade de Engenharia à época, Ildefonso Puppi (1986: 42).

3. Os intelectuais do CEB e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (FFCLPR)

Em 26 de janeiro de 1938, Omar Gonçalves da Mota (professor da Faculdade de Direito do Paraná) convidou alguns de seus colegas docentes e também os intelectuais do CEB para uma reunião no Salão Nobre da Universidade do Paraná. Seu objetivo era dar conhecimento de seu projeto para a criação da FFCLPR, convidar a todos para participar, e definir quais seriam os primeiros catedráticos da instituição.

Omar Gonçalves da Mota era então o Secretário do Interior do Estado, e ocupava a interventoria quando dos afastamentos temporários do titular do cargo, Manoel Ribas. A despeito do caráter privado da instituição, Mota utilizou o Congresso Legislativo Estadual como a primeira sede da Faculdade; adicionalmente, previu a celebração de um contrato com o Governo do Estado para a instituição administrasse os Cursos Complementares do Ginásio Paranaense. Desse modo, seriam gerados recursos que, somados às contribuições mensais dos alunos, permitiriam que o projeto fosse aprovado pelo Governo Federal (Glaser 1988: 16-21; Alves 1988: 62-64).¹²

Segundo relata Hoerner Jr. (1993: 33-34), Manoel Ribas desconhecia as facilidades que Mota oferecera à instituição. Ao descobrir que Mota articulava uma manobra política para substituí-lo na Interventoria, Ribas demitiu-o da Secretaria do Interior; ao mesmo tempo, rescindiu o contrato da FFCLPR com o Ginásio Paranaense, e despejou a instituição da Assembleia.

Para manter a viabilidade do projeto, buscou-se então uma nova fonte de financiamento para a instituição. A solução, articulada ao longo do ano seguinte pelos membros do CEB Loureiro Fernandes e Arthur Martins Franco, foi realizar um convênio com a União Brasileira de Educação e Ensino (UBEE), entidade educativa ligada aos Irmãos Maristas e que dirigia o Instituto de Ensino Santa Maria. Como condição, conforme informa a ata da reunião da Congregação da FFCLPR de 01/08/39, os catedráticos deveriam seguir “uma norma de respeito e deferência para com os princípios fundamentais da UBEE, bem como quanto aos postulados cristãos e sua orientação espiritual, uma conduta de elevado aceitação às tradições católicas do povo brasileiro” (*apud* Furtado 2000: 54).

Desse modo, a despeito de a iniciativa para criação da FFCLPR ter partido de docentes ligados às faculdades tradicionais da cidade, logo a presença e a liderança

12 O Decreto-Lei nº421, de 1938, regulava o funcionamento dos estabelecimentos de Ensino Superior no Brasil. Na alínea a) de seu artigo 4º, consta que a autorização para esse funcionamento apenas seria concedida “se a entidade de caráter público ou privado, que se propuser instituir o curso, demonstrar que possui capacidade financeira para manter, de modo satisfatório, o seu integral funcionamento e que dispõe de edifícios e instalações apropriadas” (BRASIL 1938).

dos intelectuais ligados ao CEB e à Igreja Católica configuraram-se como centrais; eles ocuparam os principais cargos, e constituíram mais da metade de seu corpo docente.¹³ As dinâmicas que ocorriam no âmbito do Círculo transferiram-se então para esse novo enquadramento, mantendo em pauta, ao longo das duas décadas seguintes, o projeto neotomista da Igreja e seus diferentes agenciamentos por parte dos intelectuais ligados à instituição – mas sob condições institucionais diversas.

Ao discursar para a primeira turma de formandos da Faculdade, em 1940, o diretor Brasil Pinheiro Machado apresentou sua compreensão da ideia fundamental do projeto pensado para a Faculdade:

Ao par da necessidade da formação de técnicos, cresce, no Brasil, a necessidade da formação dessas “elites” intelectuais, voltadas aos problemas básicos e desinteressados do espírito, (...) porque desses problemas básicos do espírito é que descendem a possibilidade da técnica e a sua disciplina, como da inteligência depende a ordenação das coisas. (...) [N]ão exerceram as escolas superiores, dizia eu, a função de recriar e disciplinar a cultura nacional, e, no entanto, só pelas escolas superiores é possível tal função. (...) Na verdade, somos todos combatentes da mesma batalha, perseguidores da mesma finalidade, que é a criação de um clima propício ao desabrochar de uma verdadeira liderança intelectual, dentro do desordenado ambiente cultural brasileiro (ANUÁRIO 1940/1941: 42).

Segundo Pinheiro Machado, era a formação intelectual e filosófica de seus alunos que os habilitaria para cumprir a missão de liderar a nação: seria essa a diferença da Faculdade de Filosofia em relação às Faculdades tradicionais. Afirmava-se, assim, a centralidade do pensamento filosófico enquanto fundamento para a ação. E, ao longo dos anos seguintes, nas diversas ocasiões em que professores ou dirigentes da Faculdade filiados ao CEB foram instados a se manifestar sobre seu projeto, eles marcaram que a orientação filosófica geral que tinham em mente era neotomista.¹⁴ Na formatura da turma de 1941, por exemplo, padre Jesus Ballarin afirmou:

a ciência é apenas a “escola primária do espírito”. A ciência não se identifica com a Verdade, não se emparelha, nem dispensa e muito menos suprime a Religião. O pensamento humano, a razão humana é uma força viva que busca seu ponto de apoio e o seu fim; o princípio e o fim da inteligência é Deus (ANUÁRIO 1940/1941: 52).

13 Em 1940, quando da formatura da primeira turma de bacharéis formados pela instituição, dos 40 catedráticos que ali lecionavam, sete eram padres e outros 17 eram membros do CEB (Furtado 2000: 60-61).

14 Para uma revisão extensa dessas elocuições, ver o estudo de Névio de Campos sobre as concepções de Universidade dos intelectuais paranaenses na primeira metade do século XX (Campos 2008: 122-185).

Contudo, cabe aqui tratar do estatuto desses discursos, e reafirmar as mesmas ressalvas já levantadas no item anterior: feitos em momentos de explicitação do projeto da instituição para o público, eles reproduziam o ideal da norma estabelecida ao longo das interações, e não as práticas concretas que nela ocorriam. Não devem, assim, ser confundidos com as condutas efetivas dos membros da FFCLPR, ou conduzir a uma visão homogênea de seus projetos, ou, ainda, ser projetados como o conteúdo efetivo da formação oferecida aos alunos. Mais uma vez, a face pública e corporada da instituição, postulada nesses discursos, deve ser analisada em conjunto com a restituição dos embates e tensões presentes em seu cotidiano – que nos mostram como havia aí, de fato, uma grande diversidade de posturas e de atitudes frente ao ensino, à sociedade, à ciência, à filosofia, e ao próprio pensamento religioso. Pois, se a primeira geração de professores e alunos da Faculdade formavam uma rede de pessoas de perfil social homogêneo,¹⁵ que acreditava ter uma vocação de elite dirigente, e que buscava se capacitar filosófica e tecnicamente para implementar seus ideais e formar uma elite capaz de fomentar o progresso do estado, isso redundaria, na prática, na convivência de projetos muito distintos entre si.

Diversas pesquisas já realizadas sobre os catedráticos da FFCLPR nos mostram que entre eles existiam ao menos três fontes de divergências para esses projetos, que diziam respeito: ao grau de envolvimento efetivo com as atividades de ensino e pesquisa; ao estatuto emprestado ao pensamento filosófico católico em seus projetos de conhecimento; e aos graus de adesão de cada um aos interesses institucionais da Igreja Católica. Examinemos, então, mais de perto, cada um desses três temas, abordando em primeiro lugar a efetividade da participação dos catedráticos no cotidiano da Faculdade.

A cátedra de Política da FFCLPR foi ocupada por Manoel Lacerda Pinto. Segundo o que consta dos programas de curso e dos diários de classe do curso de Ciências Sociais da instituição entre 1938 e 1960, consultados por Prado (2017: 63), Lacerda Pinto comparecia apenas intermitentemente às aulas das disciplinas de sua cadeira. Com maior frequência, recebia alguns alunos em sua casa, para conversas e palestras, emprestando a eles seus livros. Contudo, ele não chegou a configurar uma agenda de pesquisas para sua área, nem chegou a indicar ou coordenar o trabalho de professores assistentes.¹⁶

15 No caso do curso de Ciências Sociais e Políticas, por exemplo, a maior parte dos alunos era composta de bacharelados em Direito que buscavam aí uma complementação para seu curso (Prado 2017: 51). Pórcia Alves (1988: 66), aluna da primeira turma de Pedagogia, fala também que “a clientela dos cursos era composta por alunos, na sua totalidade portadores de algum diploma” – privilégio de uma fração muito pequena da população da época.

16 Conforme apontou Prado (2017: 63), “na experiência de [um dos alunos de Lacerda Pinto, Constantino] Comninos, quando Lacerda Pinto não comparecia, as aulas simplesmente não aconteciam”.

Já a cátedra de Sociologia foi ocupada por Omar Gonçalves da Mota. No entanto, ele lecionou efetivamente a disciplina apenas para a primeira turma (Prado 2017: 73, 97). As aulas relativas à cátedra foram regidas preponderantemente por professores assistentes; os assuntos abordados oscilavam entre conteúdos de direito, filosofia, economia e estatística, resultando em um perfil indiferenciado em termos disciplinares. Essa indiferenciação era comum em outras cátedras de Sociologia da época (cf. Miceli 1989: 7; Ortiz 2002: 185; e, no caso da própria FFCLPR, Oliveira 2006: 15-21); mas importa aqui destacar que, como afirma Prado (2017: 76), na FFCLPR “não se constituía um projeto para a cátedra de sociologia, nem uma agenda de investigações e ensino, [e] não se aglutinavam agentes em torno da área”.

Lacerda Pinto e Omar Gonçalves da Mota, assim, faziam parte de um grupo de professores cujo envolvimento com a FFCLPR restringiu-se à participação em Conselhos, ao desempenho eventual em altas funções administrativas, e às elocuições de honra em eventos oficiais da instituição. Eram intelectuais respeitados, mas suas participações efetivas nas cátedras – tanto na produção de conhecimento e na coordenação de projetos de pesquisa, quanto na regência de disciplinas – eram restritas. Outros catedráticos, como os citados a seguir, tiveram uma atuação muito mais ativa na instituição.

A segunda fonte de variações nas atividades da FFCLPR diz respeito ao fato de que o pensamento católico assumiu um estatuto distinto na produção de cada um dos intelectuais a ela ligados. Para falar desse assunto, abordaremos a produção acadêmica de três dos catedráticos da Faculdade que estiveram dentre os mais atuantes, em termos acadêmicos: Bento Munhoz da Rocha Netto, Brasil Pinheiro Machado e José Loureiro Fernandes.¹⁷

A despeito de ocupar a cátedra de História das Américas, ao longo da primeira metade da década de 40 Bento Munhoz regeu a disciplina de Sociologia, ofertada para o 2º ano do curso de Ciências Sociais. Ele adotou como abordagem a Sociologia Integral de Alceu Amoroso Lima. Segundo o depoimento de um aluno seu, Albano Woiski, a obra de Amoroso Lima foi analisada de ponta a ponta em sua disciplina (*apud* Prado 2017: 86). Em sua compreensão, apresentada em uma conferência pronunciada em 1942, a sociologia científica era limitada, dado que apenas tratava do homem seguindo “uma concepção do ser racional, que tira aos fatos sociais a fixidez e a fatalidade inerentes aos fatos físicos e biológicos em relação às contingências físicas e biológicas do fato social” (ANUÁRIO 1942: 16). A totalidade do comportamento humano, portanto, apenas poderia ser compreendida se fosse levada em consideração também sua natureza metafísica e universal, ligada a

17 Este tópico foi abordado anteriormente em Guérios (2017: 127-130). Retomamos aqui a argumentação desenvolvida nesse artigo.

sua origem divina. Bento Munhoz foi assim, desde a época do CEB, o intelectual dessas redes que mais se aproximou da filosofia tomista, e que mais escreveu e lecionou sobre ela.¹⁸ Após 1946, Bento Munhoz afastou-se das atividades letivas na Faculdade, passando a dedicar-se mais intensamente a sua carreira política. Ele não deixaria, no entanto, de se dedicar à produção de uma ampla reflexão intelectual de caráter regionalista sobre o estado do Paraná (cf. Cordova 2009: 83-155).

Pinheiro Machado ocupou a cátedra de História do Brasil, e dirigiu a Faculdade entre 1940 e 1951. Em tese sobre sua trajetória, Marchette (2013) busca demonstrar, através da análise de sua produção intelectual, como é possível constatar, em seu caso – assim como ocorreu com Bento Munhoz – a ocorrência de uma “circularidade entre esferas a princípio conflitantes, como o poder público e a dedicação ao pensamento sobre a história” (Marchette 2013: 349):

[Pinheiro Machado] atuaria, ao mesmo tempo, no processo de construção nacional como agente público fundamental, e na conformação da sua especialidade como profissional autônomo. O próprio texto de Brasil Pinheiro Machado para o Centenário, no formato de “Esboço”, pode atestar essas duas dimensões acima apontadas, uma vez que uniu a história à política em um momento (...) [em que] o Estado buscava se afirmar como uma unidade autônoma fundada em origens comuns. Uns dos efeitos dessa “dupla identidade” foi que a especialização crescente da produção do conhecimento em História acompanhava de perto esse processo da construção das identidades, nacional e regional, elaboradas pelos intelectuais desse perfil surgido nos anos 1930. No pensamento de Brasil Pinheiro Machado as preocupações metodológicas quanto ao fazer-se a história eram evidentes, e fizeram parte do seu cotidiano na FFCL do PR, como professor, mas também como dirigente máximo dessa instituição de ensino superior (Marchette 2013: 61-62).

Quanto às preocupações metodológicas de Pinheiro Machado, Marchette (2013: 68) discorre sobre a relação por ele estabelecida, neste período, entre o pensamento filosófico católico e a ciência. Ao contrário de Bento Munhoz, ele não construiu uma visão sobre a História que fosse ligada epistemológica ou metodologicamente ao tomismo, adotando, ao contrário, “os avanços na pesquisa documental e da moderna historiografia de viés cultural”. Ao mesmo tempo, contudo, essa visão, que lhe apontava a necessidade de a cultura ser ordenada de acordo com a “unidade e a tradição” de cada nação, levou-o

18 Em 1936, Bento Munhoz proferiu no CEB uma conferência “Sobre o Thomismo”, em que afirmava que esta era a única filosofia perene, “sempre contemporânea de todos os tempos, que é sempre atual porque é simplesmente a Verdade” (Rocha Netto 1936: 244). Em 1954, em sua fala na comemoração dos 25 anos do CEB, falou sobre a centralidade da filosofia tomista na instituição (Rocha Netto 1954: 771-773).

a afirmar que a busca pela identidade nacional estava vinculada à tradição cristã. Sua historiografia, assim, “fez uma conexão direta entre a tradição cristã e a conquista da autonomia cultural do país; a consolidação da autonomia [estava ligada à] manutenção dessas origens e [era] a garantia da unidade cultural e política do Brasil” (Marchette 2013: 164-168).

Loureiro Fernandes, por fim, ocupou a cátedra de Antropologia e Etnografia da Faculdade. Desde a época da fundação do CEB, seu pertencimento principal era às instituições culturais e de ensino de que participava, às quais direcionou a maior parte de seu tempo e energia. Comparando sua trajetória intelectual às de Bento Munhoz e de Pinheiro Machado, percebe-se que, mesmo sendo um articulador central do projeto da Ação Católica no Paraná, foi ele o intelectual dessa rede mais vinculado ao pensamento científico – e, na FFCLPR, foi ele o catedrático que mais buscou criar condições para a institucionalização de projetos de pesquisa na instituição.

Na FFCLPR, estruturou sua cátedra agregando diversos alunos, especialmente oriundos do curso de Geografia e História, com os quais fazia expedições de campo ao litoral e ao interior do estado do Paraná. Ao longo dos anos 40, Loureiro publicou também artigos de caráter etnográfico sobre os Kaingang, seguindo a concepção descritiva da Etnografia vigente então nos cursos ministrados no Brasil (Castro Faria 1983: 242). Neste momento de profissionalização da área, Loureiro passou a circular de modo cada vez mais amplo, participando ativamente da estruturação de um campo para a Antropologia no país.¹⁹

Desse modo, a despeito de intelectuais como Bento Munhoz, Pinheiro Machado e Loureiro Fernandes terem o neotomismo como referência filosófica fundamental em suas atuações acadêmicas, suas compreensões da relação entre ciência e pensamento católico divergiam fortemente: da adoção teórico-metodológica à Sociologia Integral por parte de Bento Munhoz; passando pelo projeto de uma história cultural do Paraná ligada à tradição cristã de Pinheiro Machado; e chegando à Antropologia Evolucionista de corte cada vez mais cientificista por parte de Loureiro Fernandes, percebemos que as linhas de força divergentes entre religião e ciência que subjaziam à filosofia neotomista encontraram na FFCLPR todas as suas possíveis manifestações.

A terceira fonte de diversificação nas atividades da FFCLPR de que trataremos relacionou-se ao afinco com o qual alguns deles dedicaram-se ao cumprimento do projeto

¹⁹ Loureiro foi um dos fundadores de Associação Brasileira de Antropologia; fez uma formação específica em Etnologia no *Musée de L'Homme* e na *École d'Anthropologie* de Paris; participou como membro de diversas associações de Antropologia no exterior; e criou na FFCLPR um Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) e o Museu de Arqueologia e Artes Populares (MAAP).

original da Igreja, de pautar a centralidade do pensamento católico no ensino oferecido pela Faculdade. O coordenador desses esforços foi Homero Batista de Barros, catedrático de História Moderna e Contemporânea, que dirigiu a FFCLPR após a federalização da Universidade do Paraná, entre 1951 e 1968.

Com a federalização, a FFCLPR deixou de ser vinculada à UBEE, e passou a estar submetida às exigências legais federais no que diz respeito à realização de concursos públicos de títulos e provas para a contratação de novos docentes. A Faculdade, no entanto, tinha ainda a prerrogativa de conceder títulos de notório saber, que permitiam a seus portadores participar dos concursos. Em 1955, o resultado do concurso para a cátedra de Língua e Literatura Italiana foi objeto de um recurso por parte de Bruno Enei, candidato que tinha doutorado na área na Universidade de Florença e que foi suplantado pelo padre Luigi Castagnola, cujo único título era justamente o notório saber concedido pela própria Faculdade. Como resultado, Loureiro Fernandes e Wilson Martins (catedrático de Literatura Francesa que havia ingressado em 1952 na instituição) solicitaram à Congregação que a matéria fosse regulamentada, e foram derrotados (Westphalen 1988: 40-43), explicitando e aprofundando uma polarização existente no grupo fundador da instituição quanto às suas diretrizes de funcionamento. O caso do concurso de Castagnola, estudado por Machado (2009: 13-47) em sua tese de doutoramento, teve ampla repercussão, tanto local quanto nacional, por demonstrar que havia um favorecimento de determinados candidatos com o objetivo de manter uma maioria do professorado de perfil católico na Faculdade. Como demonstra Machado, estava em questão um embate entre os “agentes interessados em instituir a racionalidade [e] a objetividade acadêmica no processo de seleção para as cátedras (...) – que se identificavam com a racionalidade inerente ao processo de modernização – e os grupos dominantes mais conservadores – que se apoiavam nas bases religiosas do catolicismo para manter o controle das instituições” (Machado 2009: 177-178).

Interessa-nos aqui destacar que os membros do CEB podem ser encontrados em ambos os lados do embate. As posições de cada catedrático ficaram claras quando, em 1958, Homero de Barros realizou uma manobra política para manter-se à frente da Direção da Faculdade, e professores como Bento Munhoz da Rocha Netto, Brasil Pinheiro Machado, Loureiro Fernandes e Liguarú do Espírito Santo encaminharam um processo solicitando a impugnação da lista tríplice indicada para a ocupação do cargo (Machado 2009: 29). Homero de Barros, contudo, lograria ser reeleito para o cargo, a partir do qual continuaria a definir a composição do Conselho Técnico, que tomava as principais decisões da gestão da Faculdade, e mesmo a interferir nos programas ministrados pelos

professores assistentes: conforme Olga Mattar, regente da disciplina de Sociologia, afirmou mais tarde em entrevista, ela abordava em seus cursos o conteúdo das encíclicas católicas *Rerum Novarum*, *Quadragesimo anno* e *Divini Redemptoris* porque “recebia orientações do diretor da Faculdade, Homero de Barros (membro do CEB), para trabalhar estas encíclicas em sala” (*apud* Prado 2017: 86-87).

Esta discussão sobre a atuação dos intelectuais da FFCLPR nos mostra que suas diferenças se acentuaram com o passar do tempo, na medida do desenvolvimento dos projetos intelectuais e profissionais de cada um, das mudanças institucionais decorrentes da federalização da Faculdade, e da admissão de novos membros no corpo docente da instituição. Mas havia entre eles um horizonte comum, que marcava as dinâmicas da arena em que seus embates ocorreram. Refiro-me aqui à ideia de *Gemeinsamkeit*, com a qual Max Weber (1980 [1922]: 236) se refere ao “terreno comum” que pode, potencialmente, agir no sentido da constituição de relações comunitárias “étnicas”. É esse “terreno comum” que define os limites do pensável e o ponto até o qual as diferenças se estendem em uma “Comunidade” em contínuo processo de constituição.

Na FFCLPR, esse “terreno comum” diz respeito, por um lado, a uma postura segundo a qual eram eles, os membros da elite do país, os responsáveis por guiar os destinos da nação; e, por outro lado, à cisão entre o pensamento científico e a autoridade da Igreja e dos dogmas católicos, postulada na encíclica *Aeterni Patris* – que era o fundamento do movimento que originalmente os reuniu, no final da década de 1920, no Círculo de Estudos Bandeirantes, e que gerou as linhas de força sobre as quais suas divergências se manifestaram.

Esta cisão pode ser observada ainda hoje em duas das salas do Setor de Ciências Humanas da UFPR, que, em sua arquitetura, cristalizam esse passado institucional – como se constituíssem vestígios arqueológicos ou evidências físicas dos sentidos emprestados aos diferentes projetos de ensino e de produção de conhecimento presentes na Faculdade. Uma delas, a sala Homero de Barros, antiga Sala dos Conselhos, onde ocorriam as deliberações administrativas da Faculdade, coloca em posição de destaque o projeto autoritário e hierárquico da Direção de seu titular, ao dirigir os olhares a uma bancada imponente, elevada em relação aos assentos comuns, e dividida em diferentes degraus, na qual o lugar central era ocupado pelo Diretor. A outra, a sala didática do Departamento de Antropologia fundado por Loureiro Fernandes, organizada em forma de anfiteatro, coloca na mesma posição de destaque o conhecimento científico. Em seu ponto focal, estão dois quadros negros móveis escamoteáveis, que, segundo Igor Chmyz (2005: 83, 91), aluno de Arqueologia de Loureiro, eram por ele preenchidos com desenhos e anotações antes

do início de aulas, e, em várias ocasiões, baixados sob sua base para abrir espaço para a projeção dos filmes e das fotos que ele e sua equipe, acompanhados por seus alunos, produziam ao longo de pesquisas de campo.



Figura 2. À esquerda, Sala Homero de Barros; à direita, sala didática do Departamento de Antropologia da UFPR. Fotos do autor.

A despeito da vinculação das salas a seus criadores – talvez os membros mais representativos dessas linhas de força (Homero, o guardião da autoridade do projeto da Igreja Católica; Loureiro, o guardião da autoridade do saber científico) – isso não significa que essa divisão era estanque, dado que, justamente, dizia respeito a variações diversas de um mesmo horizonte comum. Assim, por exemplo, Rosário Farani Mansur Guérios,²⁰ aguerrido defensor do projeto de Homero de Barros, foi também um linguista de destaque, publicando já na década de 1930 um livro sobre tabus linguísticos que ocupa uma posição relevante na história da disciplina no Brasil – e que foi uma das primeiras obras a apropriar-se do pensamento de Sigmund Freud no país. Havia, então, uma produção científica entre os mais engajados defensores do pensamento católico; assim como havia um forte viés autoritário, bem como uma presença variada do ideário católico, nas aulas e produções científicas de Bento Munhoz, Pinheiro Machado e Loureiro Fernandes. Cada um deles portava, de diferentes modos, as marcas do projeto neotomista da Igreja Católica.²¹

No entanto, é preciso refletir com maior atenção acerca do alcance que o pensamento neotomista teve, de fato, no cotidiano da instituição. Pois, na prática, a significação que essa filosofia assumiu parece ter sido mais consequencial para a ideia de que seriam eles os formadores dos novos líderes responsáveis por guiar os destinos do Paraná, do que para a definição de uma formação propriamente religiosa.

20 Rosário foi o irmão mais novo de José Mansur, que, falecido precocemente em 1943, foi professor catedrático da Faculdade de Direito do Paraná (cf. Ferrarini 2011: 53-56).

21 Sobre a vinculação de Loureiro Fernandes a esse projeto e sua oscilação entre religião e ciência ao longo do tempo, ver Guérios (2017).

4. Potencialidades e limites: do pensamento conservador na FFCLPR

Delohé Scalco, que viria a se tornar a única bacharel graduada na primeira turma de Ciências Sociais e Políticas da FFCLPR, publicou no jornal *O Dia*, em 25 de dezembro de 1938, um artigo que nos informa sobre como o projeto da Faculdade a impactou. O artigo foi escrito na conclusão de seu primeiro ano de curso, após ela ter acompanhado as disciplinas de Filosofia Geral e Psicologia, ministradas pelo Padre Jesus Ballarin; a de Sociologia, ministrada por Omar Gonçalves da Mota; e a de Economia Política e Finanças, ministrada por Arthur Ferreira dos Santos.²²

Em seu texto, Scalco constroi uma defesa convicta do valor do saber científico e acadêmico. Neste artigo, ela refere-se às disciplinas que cursou: a Sociologia, que “baseia um dos seus mais importantes objetivos na observação dos movimentos sociais, e principalmente dos que se caracterizam pelo andamento evolutivo”, era capaz de atingir o “entendimento das atividades sociais” a partir da mobilização de “dados concretos, estatísticas, estudos especializados, observações atentas e minuciosas”; os Psicólogos e Psiquiatras “têm contribuído com seus estudos especializados” acerca dos desajustamentos mentais; e economistas e sociólogos, atentos às “consequências da assimetria econômica”, permitiam melhor pensar os “desajustamentos sociais” devidos ao desemprego. O título do artigo, “A cultura no desajustamento social”, resume a tese por ela apresentada: a soma de conhecimentos da civilização moderna (a “cultura”) serviria ao combate da desordem e da anomia (o “desajustamento social”).

Chama a atenção, no discurso de Scalco, a convicção que ela construiu acerca do valor não só das diferentes ciências, mas também do meio social em que ela se movia. Segundo ela, “[o progresso] sempre se faz por uma minoria intelectual mais adiantada”; “o fato fundamental do desajustamento é a falta de cultura, a não simultaneidade entre uma minoria que organiza, produz, inova e a maioria incapaz de acompanhá-la”. De maneira clara e direta, ela afirma que a cultura e a ciência desenvolvidas pelos intelectuais devem servir como parâmetro acerca daquilo que deve ser feito para o progresso da sociedade – enquanto o povo, por seu lado, deveria ser educado para entender e acatar as medidas que trariam a ordem e o bem estar social.²³

22 As disciplinas ministradas para a primeira turma do curso de Ciências Sociais e Políticas da FFCLPR foram restituídas por Prado (2017: 97) a partir da consulta dos Históricos escolares dos alunos, constantes do Arquivo do Setor de Educação da UFPR.

23 Em suas palavras: “não é a liberdade que pode trazer acordo entre os povos; ao contrário, é a orientação consciente das restrições mútuas. É nesse sentido que se exerce o controle social, fato de ajustamento, mantenedor da ordem das comunidades. (...) Para uma população de instrução média, a compreensão [do progresso] se faz mais rapidamente que entre um grupo inculto de analfabetos (...) A cultura [leva ao] entendimento dessas necessidades sociais, à aceitação consciente das medidas estabelecidas pelas exigências do âmbito a que se restringem”.

Desse modo, Scalco havia assimilado plenamente a ideia de que aos alunos da Faculdade caberia o papel de líderes do estado e da nação. Nenhuma menção, contudo, foi feita por ela em relação a qualquer ideia de caráter religioso – a despeito de ter cursado Filosofia e Psicologia, ao longo do ano, com padre Ballarin. É possível que outros alunos da FFCLPR tenham adotado, devido a suas formações, convicções religiosas; mas as memórias da Faculdade encontradas ao longo da presente pesquisa, como os textos já citados de Glaser (1988) e Alves (1988), ou os depoimentos dos alunos de Loureiro Fernandes publicados em dossiê dirigido por Igor Chmyz (2005), tampouco se estruturam a partir de um olhar constituído sobre a religião. A formação dos alunos da instituição parece ter resultado, antes, em uma visão dirigista da sociedade a que pertenciam.

Um depoimento interessante a esse respeito foi dado a Patrícia Prado por Constantino Comninos, aluno do curso de Geografia e História na década de 1950, e que se tornou, como vários dos seus alunos de destaque (Westphalen 1988: 37), professor assistente (e posteriormente efetivo) da FFCLPR após sua formatura. Ao comentar a dinâmica das aulas da Faculdade, Comninos afirmou:

[No final dos anos 70,] uma professora que veio de São Paulo era a Lia Pinheiro Machado, que tinha o mesmo nome e sobrenome do vice-presidente do conselho de ensino, pesquisa e extensão, o doutor Brasil, e que era casada com o filho dele, o Pinheiro Machado. (...) Então, quando ela veio pra cá, ela trouxe uma nova técnica, que os nossos alunos, os nossos alunos passaram a aceitar, com muita mais presença, intensidade, do que a maneira como nós ensinávamos. Como é que os professores que me ensinaram a ser professor faziam? Você pegava um monte de livro, fazia um esquema, vinha pra sala de aula, punha um esquema no quadro, como a Olga [Mattar] fazia, e quem falava era o professor. A Lia trouxe esse outro método: quem fala é o texto. Quem fala é o texto. Então dava um texto e os alunos analisavam o texto com a professora. Então há a obrigatoriedade da leitura do texto em específico. Se era comunista, se era direitista, se era liberal, ou se era antiliberal, não interessava; o professor dava o texto. (...) Lia não foi muito bem aceita e foi embora. Ela não se entendeu aqui (Comninos 2016: 26).

Assim, a formação dos alunos da FFCLPR se dava a partir do olhar particular de cada docente, e não de uma análise crítica das bibliografias abordadas nas diferentes disciplinas, ou de um projeto científico mais amplo. Na conclusão de sua pesquisa sobre o curso de Ciências Sociais, Prado afirma que sua análise indicou

a constituição de um curso sem um projeto intelectual, cujo conhecimento produzido prescindia de uma racionalização da realidade, visto que esta não era inquirida com uma preocupação metodológica. (...) buscou-se, por meio do projeto mais amplo da FFCLPR, manter a coesão e integração da cultura e realidade social paranaenses através de uma leitura de união entre tradição e inovação (2017: 80).

Nesse sentido, a FFCLPR era parte de um panorama mais amplo das Ciências Humanas no país, em que se diagnosticava a inexistência de uma ordem social, e em que se atribuía a essas Ciências a tarefa de construí-la (Meucci 2000: 111; Pécaut 1990). O progresso que se vislumbrava guardava um viés essencialmente conservador, pois centrava-se na “produção de conhecimento intelectual puro, desinteressado e moral, que assegurasse a integração entre história e tradição paranaenses face aos avanços técnicos e científicos e as mudanças sociais do período” (Prado 2017: 12).

Havia, contudo, duas carreiras de exceção nestas redes. Loureiro Fernandes, como vimos, desenvolvia com seus alunos projetos de pesquisa de campo no estado – tanto na capital quanto no litoral, assim como no interior. Foi assim um dos únicos catedráticos da Faculdade que enfocou não apenas a história das elites do Estado, mas também suas populações minoritárias, tomando como objetos de estudo as Congadas dos negros paranaenses, a produção de instrumentos líticos pelos indígenas, e as artes populares das populações caiçaras do litoral. Seu estudo do processo de contato com o povo indígena Xetá foi o principal responsável por sua ruptura com os ideais civilizatórios que ele próprio pregou até o final da década de 1940, e que se refletiram no evolucionismo social e cultural que servira até então de base a sua produção. Além dele, Brasil Pinheiro Machado, em conjunto com Cecília Westphalen e Altiva Balhana, ex-alunas da Faculdade e já então docentes, publicaram em 1969, como parte de seu volume de História do Paraná, um estudo da ocupação das terras do interior do Estado a partir da década de 1940. Ali, levavam em consideração a grilagem e a especulação imobiliária que caracterizaram esse processo; produziram, assim, uma História do tempo presente, explicitando como os interesses de frações da própria elite estavam em jogo nessas dinâmicas, que atingiram sua maior intensidade apenas dez anos antes da publicação do volume.

Essa primeira geração de catedráticos na FFCLPR deixou os quadros da instituição a partir de meados dos anos 1960, mas os projetos conservadores que ela havia desenvolvido no âmbito do CEB e da FFCLPR haviam marcado a formação e a visão política de uma série de acadêmicos paranaenses – que, nas décadas seguintes, viriam a herdar as posições sociais de mando ocupadas por seus professores.

Com o advento da ditadura militar em 1964, no entanto, as discussões e os embates mudaram de eixo. Os depoimentos deixados por Carlos Roberto Antunes dos Santos e José Borges Neto, ex-diretores do já Setor de Ciências Humanas da UFPR, quando da comemoração dos 70 anos de sua fundação, em 2008, colocam-nos em contato com a experiência de um grupo de novos professores da instituição, que confrontou, a partir da década de 1970, o modo dominante até então de constituir relações e reproduzir conhecimentos ali vigente, e que logrou alterar o panorama das Ciências Humanas no estado. O embate entre esses grupos aparece em palavras marcadas a ferro e fogo pelo ambiente de repressão e de violência da ditadura: o professor Borges definiu sua trajetória na instituição como “trinta anos de luta contra as forças antidemocráticas no interior da universidade” (Borges Neto 2008: 6); já o professor Antunes afirmou que falar da história do Setor “significa falar das inovações, avanços, ousadias, desobediências civis, críticas e resistências que aqui dentro foram forjadas” (Santos 2008: 1). Ele cita a luta de seu grupo para ocupar os espaços de autoridade institucional, buscando “contestar um longo poder estabelecido” nos Departamentos, nos Conselhos, na Associação de Professores e, por fim, na Reitoria, e levando ao que se referiu como a “rupturas estruturais do mandarinato na UFPR” (Santos 2008: 4-5).

Referências

- ALVES, Pórcia G. 1988. “Entrevista com a Professora Pórcia Guimarães Alves”. *Educar*, 7: 123-148.
- ANUÁRIO da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná. 1940/1941, 1942. Curitiba: UFPR.
- AZZI, Riolando. 1977. “O início da Restauração Católica no Brasil (1920 – 1930)”. *Síntese*, 10 (IV): 61-89.
- BALHANA, Carlos A. 1981. *Idéias em confronto*. Curitiba: Grafipar.
- BEGA, Maria T. 2013. *Letras e Política no Paraná: simbolistas e anticlericais na República Velha*. Curitiba: Editora da UFPR.
- BORGES NETO, José. 2008. *30 anos no SCHLA*. ms.
- BRASIL. 1938. Decreto-Lei nº421, publicado em 11 de maio de 1938. Regula o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del0421.htm. Acesso em 24/10/2022.
- CAMPOS, Névio. 2002. *Laicato católico: o papel dos intelectuais no processo de organização do projeto formativo da Igreja Católica no Paraná: 1926-1938*. Dissertação de Mestrado. PPGC, Universidade Federal do Paraná.
- CAMPOS, Névio. 2008. *Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade (1892-1950)*. Curitiba: Editora da UFPR.

- CARDOSO, Irene A. R. 1982. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Editores Associados.
- CASTRO FARIA, Luís. 1983. "A Antropologia no Brasil. Depoimento sem compromissos de um militante em recesso". *Anuário Antropológico*, 7 (1): 228-250.
- CEBDOC055, CEBDOC896, CEBDOC 927, CEBDOC1064. Arquivo do CEB, Curitiba.
- CHMYZ, Igor. 2005. "Relembrando José Loureiro Ascensão Fernandes, um semeador". *Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas*, 3: 81-108.
- COMNINOS, Constantino. 2016. "Entrevista a Patrícia Prado". ms.
- CORDOVA, Maria J. W. 2009. *Tinguis, pioneiros e adventícios na mancha loira do sul do Brasil: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense*. Tese de doutorado. PGSOCIO, Universidade Federal do Paraná.
- CUNHA, Olívia G. 2004. "Tempo Imperfeito: uma Etnografia do Arquivo". *Mana*, 10 (2): 287-322.
- CUNHA, Olívia. G. 2005. "Do Ponto de Vista de Quem? Diálogos, Olhares e Etnografias nos Arquivos". *Estudos Históricos*, 36: 7-32.
- FERRARINI, Sebastião. 2011. *Círculo de Estudos Bandeirantes Documentado*. Curitiba: Ed. Champagnat.
- FRESSATO, Soleni T. B. 2003. *Pela catolização da elite curitibana. O projeto intelectual do Círculo de Estudos Bandeirantes – CEB, 1929 – 1945*. Dissertação de mestrado. PPGHIS, Universidade Federal do Paraná.
- FURTADO, Maria R. 2000. "O Círculo de Estudos Bandeirantes e a formação acadêmica no Paraná". *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes*, 14: 113-128.
- GLASER, Niroá. 1988. "Educação na história da UFPR: apontamentos para uma minuta cronológica". *Educar*, 7 (1/2): 13-58.
- GUÉRIOS, Paulo R. 2017. "Trajetórias intelectuais marcadas entre a ciência e a religião: José Loureiro Fernandes e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná". *Campos*, 18 (1-2): 118-138.
- HANICZ, Teodoro. 2006. *Modernidade, religião e cultura. O Círculo de Estudos Bandeirantes e a restauração do catolicismo em Curitiba (1929-1959)*. Tese de doutorado. PGCRE, PUC/SP.
- HOERNER JR., Valerio. 1993. *História da Pontifícia Universidade Católica do Paraná*. Curitiba: Ed. Champagnat.
- LÉON XIII, Pape. 1879. *Aeterni Patris. Lettre encyclique de sa sainteté le Pape Léon XIII sur la philosophie chrétienne*. Disponível em https://www.vatican.va/content/leo-xiii/fr/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_04081879_aeterni-patris.html. Acesso em 24 de outubro de 2022.
- LIVRO de Atas nº1 das Sessões Ordinárias do CEB. 1929-1931. *Arquivo do CEB*, Curitiba.

- LOUREIRO FERNANDES, José. 1937. *Museu Paranaense. Resenha histórica*. Curitiba: Tipografia João Haupt & Cia.
- LOUREIRO FERNANDES, José. 1950. "Romário Martins. O fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná". *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, 4 (1): 17-33.
- LOUREIRO FERNANDES, José. 1954. "Jubileu de Prata do Círculo de Estudos Bandeirantes". *Revista do Centro de Estudos Bandeirantes*, tomo II.
- MACHADO, Valéria. 2009. *Diatribes viperinas e digressões quixotescas: debates intelectuais e projetos educacionais na década de 1950* Tese de doutorado. PGSOCIO, Universidade Federal do Paraná.
- MARCHETTE, Tatiana. D. 1996. *Corvos nos galhos das acácias: anti-clericalismo e clericalização em Curitiba, 1896-1912*. Dissertação de Mestrado. PPGHIS, Universidade Federal do Paraná.
- MARCHETTE, Tatiana. D. 2013. *A trajetória de Brasil Pinheiro Machado e a construção da historiografia regional do Paraná no território acadêmico, 1928-1953: do poema ao modelo historiográfico*. Tese de doutorado. PPGHIS, Universidade Federal do Paraná.
- MARTINS, Luciano. 1986. "A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil – 1920 a 1940". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2(4): 65-87.
- MEUCCI, Simone. 2000. *A institucionalização da Sociologia no Brasil, os primeiros manuais e cursos*. Dissertação de mestrado. PPGSociologia, Campinas.
- MICELI, Sérgio. (org.) 1989. *História das ciências sociais no Brasil, vol.1*. São Paulo: Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP).
- OLIVEIRA, Márcio. 2006. "Sociologia das Ciências Sociais no Paraná". In: M. OLIVEIRA (org.), *As Ciências Sociais no Paraná*. Curitiba: Contexto. pp. 9-33.
- ORTIZ, Renato. 2002. "Notas sobre as Ciências Sociais no Brasil". In: R. ORTIZ, *Ciências Sociais e trabalho intelectual*. São Paulo: Olho d'Água. pp. 175-196.
- PRADO, Patrícia. 2017. *De autodidatas a cientistas: a institucionalização do curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, 1938-1960*. Trabalho de conclusão de curso. Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná.
- PÉCAUT, Daniel. 1990. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática.
- PUPPI, Ildefonso. C. 1986. *Fatos e reminiscências da faculdade: retrospecto da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná*. Curitiba: Fundação da Universidade Federal do Paraná.
- ROCHA NETTO, Bento. 1936. "Sobre o Thomismo". *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes*, v. I, t. I, n. 3: 242-244.

- ROCHA NETTO, Bento. 1954. "Discurso pronunciado por S. Excia. Dr. Bento Munhoz da Rocha Netto, pelo transcurso do "Jubileu de Prata" do Círculo de Estudos Bandeirantes, em 11 de setembro de 1954". *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes*, v. II, t. II: 771-773.
- ROUWENDAL, Pieter. L. 2010. "The Method of the Schools: Medieval Scholasticism". In: W. van ASSELT, *Introduction to Reformed Scholasticism*. Grand Rapids: Reformation Heritage Books. pp. 56-72.
- SANTOS, Carlos A. 2008. "Da Faculdade de Filosofia ao Setor de Ciências Humanas: 70 anos de inovação e resistência". ms.
- SCHWARTZMAN, Simon. 1979. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, Rio de Janeiro: FINEP.
- SEGATTO, José & BARIANI, Edison. 2010. "As Ciências Sociais no Brasil: trajetória, história e institucionalização". *Revista Da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, 7 (25): 201-213.
- TRINDADE, Helgio. 2004. "Institucionalização e internacionalização das ciências sociais na América Latina em questão". In: A. ALMEIDA *et al.*, *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. Campinas: Ed. Unicamp. pp. 145-166.
- WEBER, M. 1980 [1922]. "Ethnische Gemeinschaftsbeziehungen". In: M. WEBER, *Wirtschaft und Gesellschaft. Grundriß der verstehenden Soziologie*. (Besorgt von Johannes Winckelmann). Studienausgabe, Tübingen. pp. 234-242.
- WESTPHALEN, C. 1988. *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná – 50 anos*. Curitiba: SBPH – PR.

Recebido em 07 de novembro de 2022.

Aceito em 24 de novembro de 2022.

Primórdios da institucionalização das Ciências Humanas no Paraná

Resumo

Este artigo busca perscrutar os diferentes sentidos das ações e das reflexões sobre a sociedade que estiveram em pauta no ambiente intelectual ligado à criação dos primeiros cursos de Ciências Humanas do estado do Paraná. Seu objetivo é explorar as potencialidades e os limites dos caminhos seguidos no processo de institucionalização destas Ciências no estado. O texto é desenvolvido em três momentos. No primeiro, busca-se compreender como surgiram as instituições paranaenses ligadas ao pensamento católico nas primeiras décadas do século XX, e explora-se as atividades que ocorriam no âmbito da principal delas, o *Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB)*. No segundo item, estuda-se como os diferentes projetos pensados dentro do CEB se desdobraram academicamente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (FFCLPR). Conclui-se o artigo com uma reflexão sobre os limites e possibilidades destes projetos.

Palavras-chave: História das Ciências Sociais – Paraná; Institucionalização das Ciências Humanas – Brasil; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (FFCLPR); Ação católica; Pensamento conservador.

Dynamics of institutionalization of the Human Sciences in the state of Paraná, Brazil

Abstract

This article discusses the intended senses of the ideas and practices of the intellectuals that created the first courses in Human Sciences in the state of Paraná, Brazil. Its objective is to explore the potentialities and the limits of these projects of institutionalization. The text is developed in three moments. The first one focuses on the involvement of lay intellectuals with catholic institutions in the first decades of the 20th century, exploring the activities that took place in the *Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB)*, an early think tank related to the Catholic Church. The second item describes how the intellectuals linked to the CEB transferred their projects to the first Faculty of Human Sciences in Paraná, the *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras* (FFCLPR). The article is concluded with a reflection on the limits and possibilities of these projects.

Keywords: History of Social Sciences – Paraná; Institutionalization of Human Sciences – Brazil; Faculty of Philosophy of Paraná (FFCLPR); Catholic Action – Brazil; Conservative thinking.